



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
REITORIA - DIRAV - Comissão Própria de Avaliação

ATA DA 124ª REUNIÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - 14/2021

Às quinze horas do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e um, por meio do aplicativo Google Meet, realizou-se remotamente a centésima vigésima quarta reunião da Comissão Própria de Avaliação (CPA), reunião 14/2021, em caráter extraordinário, com a presença dos seguintes membros: os representantes docentes Laura Hora Rios Leite, Pâmela Souza Almeida Silva Gerheim; a representante da Educação Básica Ana Maria Bastos Firmino, o representante discente Orlando Luiz de Oliveira Júnior; a representante do corpo técnico-administrativo Sônia Maria Ferreira Azalim (Presidente); a representante da CSPA, prof^a. Simone Cristine Araújo Lopes; o representante da sociedade civil Sílvio Rogério Fernandes. Para registro, foram justificadas as ausências dos seguintes membros:

TAE Gevã Schaefer Pereira Martins, prof. Fernando Eustáquio de Matos Júnior, prof^a. Michèle Cristina Resende Farage, prof. Alexandre Haruiti Anzai, prof^a Cláudia Rodrigues Castro, representante da sociedade civil Maria Angélica Arantes de Aguiar Abreu. **PAUTA ÚNICA. Análise e aprovação do instrumento de coleta – continuação.** A Presidente iniciou a reunião informando que, apesar de ter quórum, considera que não se deva pensar em aprovação do instrumento por enquanto. Dessa forma, o encaminhamento dado foi de reunir as contribuições para aprimorar o instrumento, realizar um pré-teste e, a partir das contribuições coletadas, identificar as falhas para, somente após as correções, aprovar o instrumento. Com a anuência geral, a Presidente passou a palavra para a prof^a Pâmela, que apresentou sua proposta sobre o instrumento. A prof^a Pâmela explicou que entrou em contato com dois docentes para avaliar suas percepções sobre o instrumento e, a partir disso, criou uma proposta considerando a percepção de respondentes externos ao processo de construção do instrumento. A prof^a Pâmela pediu para que os membros indicassem alguma especificidade nas questões relativas ao Campus de GV e ao Colégio de Aplicação João XXIII. Para a prof^a Simone, as perguntas são pertinentes e o instrumento está se mostrando bastante válido até o momento. A prof^a Ana Maria opinou que é necessário analisar cada questão separadamente para ver se ela se adequa ao público respondente e que o ideal seria aplicar um questionário diferente para cada Campus. A prof^a Pâmela afirmou que isso não será necessário, pois no início do questionário serão pedidos os dados cadastrais dos respondentes. A prof^a Pâmela comentou que fez contato com o Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da UFJF para saber sobre a definição de política de formação continuada, conceito presente na questão 1 do questionário. A resposta do setor foi que a qualificação profissional formal consiste em mestrado, doutorado, pós e graduação – que são atendidos pelo Proquali; além disso, também existe a possibilidade de capacitação, a qual inclui cursos de curta duração que atendem a públicos gerais dentro ou fora da instituição. Na questão proposta há um problema conceitual relacionado a essa problemática, por isso dividiu-se a questão. Ademais, um dos respondentes indicou que não saberia avaliar a capacitação em geral, sua sugestão é que a questão foque em avaliar a satisfação pessoal em determinada atividade- com índices que variam de totalmente insatisfeito a totalmente satisfeito. A prof^a Pâmela identificou uma possível duplicidade nas questões 1 e 4, sua dúvida é se a questão 1 está se referindo somente à quantidade de cursos oferecidos e se a questão 4 está relacionada à qualidade das ações. A prof^a Ana Maria sugeriu

unir as duas questões. A Presidente recomendou especificar melhor as questões. O representante da sociedade civil Sílvio entende que avaliar a satisfação da capacitação se refere tanto à qualidade das ações quanto à quantidade de cursos. A prof^a Pâmela concordou com a sugestão da Presidente e a palavra “qualidade” foi inserida na questão. Nas questões 5 e 6, a prof^a Pâmela comentou que haveria outras ações de incentivo que não estariam contempladas no Proquali e no Programa de reserva de vagas; assim, para ela, tal pergunta poderia ser excluída, já que avalia apenas ações específicas que não estão dentro dos principais programas que a UFJF oferece. Na questão 7, os docentes respondentes indicaram que é necessário especificar o intervalo de tempo para a avaliação e a prof^a Pâmela sugeriu fixar então o ano de 2021. Além disso, a prof^a Pâmela propôs incluir outro indicador na resposta “não solicitei apoio”. O representante da sociedade civil Sílvio acredita que as perguntas não devem ser muito específicas e detalhadas, elas precisam atender ao público geral; desse modo, sugeriu que não adicionem o ano de avaliação na questão e sim no texto do formulário. A Presidente concordou com a sugestão do representante Sílvio. A prof^a Ana Maria diz não ver necessidade de inserir outro indicador na resposta, pensa que seria melhor esclarecer isso na pergunta; no entanto, a opção “sem condições de responder” já abrange aqueles que não solicitaram apoio. O representante da sociedade civil Sílvio concordou que o ideal seria padronizar as opções de resposta. A prof^a Pâmela opinou que, na questão 14, é preciso estabelecer qual o tipo de alocação, pois a pergunta está muito ampla. A Presidente sugeriu especificar o que deve ser avaliado em relação à alocação com uma explicação entre parênteses. A prof^a Ana Maria afirmou que é necessário acrescentar essa questão para os docentes do João XXIII, uma vez que os professores podem pedir transferência para outros institutos. A prof^a Pâmela respondeu que essa questão está se referindo à redistribuição e não alocação, ou seja, relaciona-se ao funcionário que ocupa uma vaga que não deveria estar ocupando. Assim, é acrescentada a informação “considerando o perfil da vaga e a formação do servidor” à pergunta 14 inicialmente proposta. Em relação à questão 15, que anteriormente pedia para avaliar o trabalho dos setores, a prof^a Pâmela sugeriu reformular de modo que se avalie a satisfação quanto à organização e gestão e, ao invés de repetir a pergunta para cada setor, incluí-los em uma única tabela. A prof^a Ana Maria acredita que isso poderia não ser viável dependendo da maneira como for feito o formulário. A Presidente propôs pensar sobre essa situação quando for feito o formulário. O discente Orlando informou que, em seu ponto de vista, a maioria dos discentes não conhece as diretorias e sugeriu que a questão explique rapidamente sobre elas. A prof^a Pâmela alegou que dessa forma o formulário ficaria muito extenso. A Presidente afirmou que os alunos não precisam ter esse conhecimento e que a opção “não tenho conhecimento” poderia se encaixar nesse caso, além de ser útil também para indicar uma possível falha na divulgação. Na questão 17, os docentes respondentes sugeriram incluir a opção de resposta “não há regimento interno”. A Presidente propôs que a própria pergunta contemple a instrução de que caso não haja regimento é para marcar a opção “sem condições de resposta”, de maneira que o padrão de resposta não se altere. A prof^a Pâmela pensa que “não ter condição de responder” é diferente de “não se aplica”, por isso não vê problema em diferenciar a resposta em determinadas perguntas. O representante da sociedade civil Sílvio e a prof^a Ana Maria não concordaram em variar o padrão de resposta. Ao ler a questão 18, a prof^a Pâmela apontou que seria mais adequado dividi-la entre órgãos superiores e colegiados que não sejam superiores e entre ações de implementação e de representatividade. A prof^a Simone entende que as normas do Conselho Superior valem para toda universidade, enquanto as normas do Conselho Gestor valem somente para determinado Campus e julgou interessante dividir a pergunta, pois assim os alunos teriam melhores condições de responder. A Presidente questionou se convém adicionar a Ouvidora e a Central de Atendimento nessa questão. A prof^a Ana Maria e a prof^a Pâmela concordaram com a sugestão. Em relação às perguntas sobre a sustentabilidade financeira, os respondentes consideraram que são questões bastante específicas. A prof^a Pâmela acredita que algumas questões os estudantes têm condições de

avaliar. A profª Ana Maria pensa que seria importante saber a opinião dos alunos em relação a essa temática. A Presidente sugeriu que adiem essa discussão para a próxima reunião devido ao adiantado da hora. Com a anuência de todos e nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Luísa de Paula Ribeiro, redigi esta ata, que é assinada por mim, pela Presidente e pelo vice-Presidente. Juiz de Fora, 14 de dezembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Maria Ferreira Azalim, Presidente**, em 18/02/2022, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Haruiti Anzai, Professor(a)**, em 18/02/2022, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luísa de Paula Ribeiro, Usuário Externo**, em 21/02/2022, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0685465** e o código CRC **907C5936**.